



# Anais da Assembléia

Nº 104

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 03 DE SETEMBRO DE 1981.

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 96ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 1981

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Airton Cordeiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Tavares, Juranir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Palácios, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Werner Wanderer, Antônio Cotrim e Nestor Baptista (49); achando-se ausentes os Srs. Deputados Nilso Sguarezi, Cyro Martins, Dácio Leonel, José Domingos Scarpelini, Mário Celso, Pinto Dias, Renato Bernardi, Waldyr Pugliesi e Wilson Fortes (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior. Em discussão a Ata.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

(É feita a chamada nominal)

Responderam a chamada nominal 34 Srs. Deputados. Há “quorum” para votação.

Em votação a Ata.— Aprovada, sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

## INDICAÇÃO:

### INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

Na qualidade de Líder da Bancada do PMDB com assento nesta Casa, indico os Srs. Deputados:

DARCY DEITOS

NESTOR BAPTISTA

FIORI LUIZ, como membros titulares e o Sr. Deputado:

GERNOTE KIRINUS, como membro suplente, para

integrarem a Comissão de Defesa ao Consumidor.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

## REQUERIMENTOS:

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a suspensão das sessões dos dias 9, 10 e 11 do corrente, para que nestes dias se realizem as reuniões das Comissões.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1981.

(a) ANTÔNIO COTRIM.

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia, dos Projetos de Lei n.ºs 69/81, 70/81 e 71/81, oriundos de mensagens governamentais e que tratam sobre gratificação de regência de classe, redistribuição de cargos e enquadramento, conforme especifica, no Quadro do Magistério do Estado. Todos em regime de urgência.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. CARLOS FARIA DE OLIVEIRA, ocorrido no dia 02 do corrente, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1981.

(a) DÁCIO LEONEL.

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de apelo ao Ministro dos Transportes, Eliseu Resende, no sentido de que sejam liberados com urgência os recursos necessários para a conservação das rodovias federais que cortam o Estado do Paraná e que se encontram em péssimo estado.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

## JUSTIFICATIVA:

A demora na liberação de recursos, por parte do Ministério dos Transportes, vem provocando o atraso da realização de obras de conservação das diversas rodovias federais existentes em nosso Estado, o que, num futuro bem próximo, poderá, inclusive, comprometer o escoamento de toda a nossa safra agrícola.

O Governo do Estado, por intermédio do DER, vem fazendo gestões sucessivas junto às autoridades federais para que os recursos necessários venham a ser liberados.

Entre as reivindicações de maior interesse da comunidade paranaense estão a conservação da Rodovia do Café (BR-376), a BR-277, ligando Foz do Iguaçu a Curitiba e a BR-369 a Rodovia dos Cereais, que demanda ao Norte e Norte Pioneiro

# REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER a consigna-ção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de louvor aos alunos excepcionais da Escola Mercedes Stresser, que a convite do Governo paraguaio representarão o Brasil na Primeira Olimpíada Sulamericana de Exepcionais nos dias 03 e 04 do corrente, em Assunção-Paraguai.

Solicita, outrossim, após a aprovação do presente que se dê ciência à Direção do Estabelecimento sito a Rua Augusto Stresser n.º 1190, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1981.

(a) WERNER WANDERER.

# REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. MOACIR PIOVESAN, Dignís-simo Prefeito de São José dos Pinhais, que reexamine o Decreto n.º 151/81, de 23/7/81, no qual sua Excelência proíbe aos veículos denominados táxis, descritos no art. 2.º, da Lei n.º 17/79, de outros municípios, apanharem passageiros no Muni-cípio de São José dos Pinhais, ou melhor dizendo, no Aeroporto Affonso Pena.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1981.

(a) NELSON BUFFARA.

## JUSTIFICATIVA:

Este decreto é, no nosso entender, inconstitucional, porque ele se baseia na Lei n.º 17/79, de 4/7/79, que até hoje não foi regulamentada, quando o prazo legal para isso era de 90 (noventa) dias.

Este decreto cerceia a atividade dos motoristas de Parana-guá, que por ocasião de serem contratados por agências de nave-gação daquela cidade, para se deslocarem ao Aeroporto Affonso Pena e apanharem um DETERMINADO PASSAGEIRO, que estaria chegando do exterior, para conduzi-lo a Paranaguá.

Aqueles motoristas de táxi, vêm especificamente ao aero-porto com o nome do passageiro que deve ser levado a Para-naguá.

Assim sendo, entendemos que todos os táxis daquela cidade, quando contratados por agências de navegação, possam exercer livremente suas atividades.

# REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regi-mentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja convocada a sessão do dia 29 do corrente mês, como Sessão Solene, para a outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná a Felipe Tiago Gomes.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1981.

(a) GILBERTO CARVALHO.

# REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, atendidas as for-malidades regimentais, REQUER envio de ofício ao Excelentís-simo Sr. Ministro do Interior e ao Ministro da Agricultura, solicitando que seja reduzido de 5 (cinco) para um (1) alqueire, o módulo rural na região de terras férteis e retalhadas pela represa de Itaipu, como meio de fixar o homem à terra, em consonância com a campanha que vem se desenvolvendo neste sentido.

Segue justificativa em anexo.

Requer, também, seja enviado cópia à Câmara Muni-ci-

pal de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Guaíra, Matelândia, Toledo, Céu Azul e Medianeira.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

## JUSTIFICATIVA:

Temos exemplos sobejos de que uma das causas da evasão do homem do campo, pelo menos na região Oeste, que conhe-cemos muito bem, é a impossibilidade de registrar como pro-priedade menos de cinco alqueires quando, por outro lado, se sabe que a fertilidade dessas terras permite a sobrevivência de uma família em apenas um (1) alqueire.

Ora, o módulo estabelecido está simplesmente dizimando a pequena propriedade em favor das grandes propriedades, já que ao primeiro lhe é negado o direito de dividir sua terra mes-mo com os filhos, enquanto ao segundo, valendo-se dessa circunstância o explora na aquisição de sua propriedade e joga-o às multidões que já povoam as cidades, como única alter-nativa de sobrevivência.

Todos nós temos conhecimento de inúmeros casos - pode-se dizer de incontável número de agricultores que face à impos-sibilidade de adquirir pequena área tiveram de migrar para as cidades. Só na região Oeste são dezenas de casos, imagine-se em todo o Paraná, ou em todo o Brasil!

Essa característica não é uma peculiaridade no Oeste do Paraná, mas de todo o Brasil, em parte, por causa do módulo de cinco alqueires que há maior evasão do campo. Há que se levar em conta, finalmente, que nessas terras o minifúndio é fator altamente positivo do ponto de vista social e agrícola.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Depu-tado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Depu-tados.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, para fazer um apelo no sentido de se viabilizar reuniões nas Comissões Técnicas, especialmente na Comissão de Constituição e Justiça da qual sou Vice-Presidente.

Já por duas semanas a Comissão está por apreciar o pro-jeto de lei relativo à mensagem de abono ao funcionalismo público e, até agora não foi possível fazer reunião e apreciar aquela mensagem. Tendo em vista, Sr. Presidente, que já esta-mos praticamente a 1/3 do mês de setembro e, tendo em vista que a implantação desta minguada concessão denominada “abo-no ao funcionalismo público” poderá trazer sérios prejuízos para os beneficiários, é costume, neste Estado, Sr. Presidente, o Governo fazer concessões, ou melhor, permitir que, funcioná-rios públicos acumulem vencimentos de vários meses, especial-mente quando se trata de gratificação ou abono, e ao funcio-nário, já trágado pelo exíguo vencimento que recebe, acumu-lando estes valores acaba por deixar o “leão do imposto de renda” abocanhando parcela considerável daquilo que ganha.

Afora isto, Sr. Presidente, nós temos percebido - e a razão maior da nossa vinda a esta tribuna é que, cada vez mais as Comissões perdem a sua significação, o seu valor e a sua estru-tura de funcionamento técnico. Vezes há, Sr. Presidente, que ela se torna uma Comissão de natureza meramente político-parti-dária. E já reclamei desta tribuna, Sr. Presidente, que, todos os projetos de relevância e que tenham interesse de natureza financeiro-funcional ou de criar algum organismo do Governo, a Oposição não chega a fazer relatório porque, na distribuição da matéria ela é canalizada para os componentes do PDS. E já es-tou sabendo, Sr. Presidente, que, afora esta matéria entregue aos membros do Partido do Governo, outras mensagens que

estarão por vir entre elas a que trata do programa da reestruturação do funcionalismo do Tribunal de Justiça ou do Poder Judiciário, já temos conhecimento até do nome do Sr. Deputado do PDS que vai ser o Relator, Sr. Presidente.

Se esta Comissão de Constituição e Justiça continuar funcionando com estas peculiaridades, sinceramente, Sr. Presidente, parece que o Poder Legislativo está mesmo fadado ao enterro!

Temos assistido passivamente essas imagens que passam pela janela do "trem" que se chama Poder Legislativo.

Não dá tempo de se fixar em uma única imagem, e essas fotografias passam pela nossa memória com a revolta peculiar a falta de responsabilidade de muitos que poderiam evitar.

Deixo aqui, Sr. Presidente, o meu protesto para que esta Comissão, da qual sou vice-presidente, até não sei quando, se reúna urgente para apreciar o problema do abono do funcionalismo público do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate, segundo orador inscrito.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os jornais de hoje estampam declarações do Diretor do DER, que em boa hora levanta um dos mais graves problemas que assola o nosso Estado, no tocante à situação das várias rodovias federais do Estado do Paraná e o Paraná recebe hoje a visita do Engenheiro CLODOMIR SOARES SEVERO, Diretor Geral do DNER que vem inspecionar obras da sua Pasta, e esperamos que a sua presença em nosso Estado possa trazer algumas definições na malha rodoviária federal.

Não podemos esquecer que algumas rodovias federais no Paraná encontram-se atualmente em péssimas condições, prejudicando enormemente o escoamento das safras.

A BR-277, via pela qual se escoam a produção agrícola das regiões Oeste e Sudoeste do Estado pode entrar em colapso a curto prazo, se providências urgentes não forem tomadas para sua restauração, e podemos afirmar que o Viaduto Tigrinho, localizado na Serra da Esperança, entre Relógio e Guarapuava, encontra-se com suas obras paralizadas há quatro anos, prejudicando o tráfego e causando sérios perigos aos usuários.

A BR-153 o trecho União da Vitória - Ibaiti, é o único trecho que não está concluído. A BR-101 não tem ainda nenhuma informação sobre o início das obras.

A BR-163 - Rodovia do Colono que em Santa Catarina liga São Miguel do Oeste a Dionísio Siqueira, desaparece no Paraná ficando o trecho Barracão - Medianeira sem nenhuma alusão ao início das obras.

A BR-376, trecho em que existe talvez um dos maiores fluxos de veículos de todo nosso País, também não está definida.

O Contorno Sul e o Contorno Leste de Curitiba estão com as obras paralizadas, o mesmo ocorrendo na Curitiba - Spréa.

A BR-476, na ligação Lapa-São Mateus também necessita de restauração urgente.

A grande reivindicação do Paraná no setor ferroviário que é a Ferrovia da Soja ainda também não conta com uma definição. E o próprio Ministro Eliseu Resende já prometeu o início desta obra várias vezes, e até hoje o povo do Paraná assiste apreensivo uma definição no constante à construção da Ferrovia da Soja.

(TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Esperamos que a vinda ao Paraná do Diretor do DNER, possa trazer novas esperanças ao povo paranaense no setor rodoviário e que esse Diretor deixe de ser tão severo no tratamento que tem desempenhado aos interesses do Paraná, nesta área.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para enfocar um problema que creio eu, sem maldade ou por inadvertência ou por falta de assessoramento jurídico o Prefeito de São José dos Pinhais, Moacir Piovesan está pecando contra os motoristas de táxi de Paranaguá.

Acontece que, através de um decreto totalmente inconstitucional de 23/7/81, o Sr. Prefeito Municipal de São José dos Pinhais, baixa o seguinte decreto: "Fica expressamente proibido aos veículos denominados "táxis" prescritos no artigo 2.º, da Lei 17/79, de outros municípios apanharem passageiros no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito, 23 de julho de 81". É um decreto de 50 dias passados. Acontece, que em Paranaguá, Sr. Presidente, Srs. Deputados, existem 39 agências de navegação, de bandeira estrangeira. E é muito comum que uma agência de navegação que espera um executivo, um diretor, um gerente que vem da Alemanha, da Inglaterra, da Noruega, da Dinamarca, com destino ao Brasil desembarque no Galeão ou Vira-Copos, e o último destino dele, via aérea, é Curitiba e depois Paranaguá. A empresa, a agência de navegação em Paranaguá entende que para mandar buscar esse passageiro em Curitiba que não fala outro idioma a não ser o inglês ou o alemão, o seu idioma maternal, manda, contrata um táxi em Paranaguá para vir a Curitiba, ao aeroporto e pegar especificamente aquele passageiro.

E o BEPETRAN, do aeroporto, talvez até numa solicitação do Sr. Prefeito que insiste em dizer, talvez sem maldade ou por falta de assessoramento jurídico, que os guardas do BEPETRAN proibam que aqueles levem os passageiros a Paranaguá, um passageiro que vem ser apanhado no aeroporto, especificamente aquele passageiro, que tem o seu nome descrito, numa lousa e está na extremidade de uma vareta procurando fazer com que ele se identifique e seja levado a Paranaguá.

Além do mais, esse Decreto do Sr. Prefeito, que é respaldado na Lei n.º 17/79, lei essa que não foi regulamentada quando tinha um prazo de 90 dias para que isso ocorresse, e já são decorridos dois anos e não foi ainda regulamentada.

Portanto, em função desses considerandos de que a Lei n.º 17/79 não foi regulamentada e assim não poderá ser aplicada sem o respectivo regulamento.

O art. 31 da Lei n.º 17/79, determina que dentro de 90 dias fosse regulamentada. Não o foi. Até hoje não foi elaborado o regulamento. A lei sem regulamento, como no presente caso, não poderá entrar em vigor por falta da respectiva regulamentação.

Em função destes esclarecimentos, quero fazer um apelo e vou fazer através de um requerimento ao Prefeito de São José dos Pinhais, para que ele reexamine a invalidade do presente decreto e permita que os motoristas de táxi de Paranaguá, que vêm especificamente ao aeroporto buscar determinado passageiro, não fazer transporte normal de passageiros do aeroporto a Paranaguá, Curitiba, seja lá onde for, é um passageiro identificado numa tabuleta, que está chegando do exterior. Formulo neste requerimento ao Prefeito Moacir Piovesan, na certeza de que Sua Excelência irá reexaminar o decreto e por certo, permitirá a todos os motoristas de táxi de Paranaguá, contratados pelas agências locais de navegação, que venham a Curitiba sem embar-

gos, sem dificuldades, pegar os respectivos passageiros e levá-los a Paranaguá.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra o quarto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Na sessão de ontem, encaminhando a votação projeto de resolução que estava trancando esta Casa, o nobre Deputado Deni Schwartz criticou este Poder por ter exarado parecer verbal num determinado processo que tramitava no Poder Legislativo.

É evidente que neste aspecto cabia inteira razão ao nobre Deputado Deni Schwartz. Porque embora o artigo 105 do Regimento Interno da Casa permita, quando a matéria tramita em regime de urgência, os pareceres verbais, é evidente que não podemos fazer de uma exceção a regra neste Poder; porque as Comissões Permanentes existem, são remuneradas as sessões das Comissões Permanentes, exatamente para a análise da matéria. Muita gente que assiste à votação da Ordem do Dia e que não estão afeitos à problemática e ao funcionamento do Poder Legislativo, criticam os Srs. Deputados que votam favorável ou contrariamente à matéria, sem ao menos prestar atenção na tramitação da mesma. O Deputado assim procede por quê?

Porque ele já conhece a matéria quando da sua tramitação nas Comissões Permanentes da Casa. Então, a votação de Plenário é meramente, quer dizer, é o coroamento de todo este trabalho que os Srs. Deputados exercem nas Comissões Permanentes.

Todavia, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, algumas matérias pela relevância e pela urgência, devem vir à Ordem do Dia mesmo sem parecer. É o caso das mensagens do Governo de n.ºs 60, 70 e 71/81, que estão na Casa desde o final de junho do corrente ano e que dispõem sobre a gratificação de regência de classe, redistribuição de cargos e enquadramentos do Quadro do Magistério do Estado.

E por que, Sr. Presidente, que vou encaminhar a Vossa Excelência um requerimento pedindo a inclusão destas três mensagens na Ordem do Dia, mesmo sem parecer, solicitando que os Membros das Comissões Permanentes, de acordo com o artigo 105 do Regimento Interno da Casa, o exarem durante a sessão plenária?

Porque todo o Paraná sabe que há uma eminência de greve dos professores. Não vou entrar no mérito do movimento. Não vou aqui discutir se o professor tem ou não, razão, se o Governo do Estado tem ou não tem atendido as reivindicações do professorado paranaense. Não é este o assunto que me trouxe à tribuna. Apenas, quero dizer que estas mensagens poderiam atenuar, ou pelo menos adiar, a eclosão deste movimento paralista que vai, efetivamente, trazer um prejuízo muito grande ao ensino do Paraná.

Aliás, isto já tem se constituído numa praxe. A Associação dos Professores espera justamente o final do ano para se declarar em greve e depois aprova os alunos a toque de caixa. Depois esses alunos vão para um vestibular e escrevem “peço” com dois “ss”, como eu tenho visto em provas de vestibulandos. Porque não tiveram a base, não aprenderam, onde deviam aprender que era no primeiro grau, porque o que está acontecendo, há três meses no Paraná, é que quando chegam os meses de outubro e novembro, os professores simplesmente se declaram em greve. Conseguem ver as suas reivindicações atendidas no todo, ou em parte, retornam às aulas e aprovam os alunos a toque de caixa.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Vossa Excelência tem

um minuto para o término de sua oração.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Obrigado, Sr. Presidente. E neste minuto quero pedir a Vossa Excelência a inclusão dessas mensagens na Ordem do Dia, mesmo sem parecer. Por que? Porque o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, nobre Deputado Airton Cordeiro tem convocado, instado, pedido aos Companheiros de Comissão, que compareçam às reuniões da Comissão de Constituição e Justiça, que é a principal Comissão da Casa. E nunca há “quorum”, nunca há número para a apreciação das matérias que por ali tramitam. Acho que esta Casa não pode ser responsabilizada perante a opinião pública, muito menos perante o Magistério Paranaense, de ter contribuído, para que o Governo não atendesse parte de suas reivindicações. Porque o Governo do Estado fará como Pilatos, lavará as mãos, mostrará a data em que protocolou neste Poder as mensagens que vizavam atender alguns pontos das reivindicações do professorado. E a responsabilidade recairá, fatalmente sobre esta Casa. Não por culpa, repito, do eminente Presidente da Comissão de Justiça, que tem sido zeloso, que tem sido o fiel cumpridor do seu dever de Presidente da Comissão mais importante da Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já está no Congresso a Mensagem com a proposta de orçamento da União para 1982, prevendo gastos de quatro trilhões e quatrocentos bilhões de cruzeiros.

Façamos algumas comparações: enquanto as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), têm um orçamento de trezentos e dezesseis bilhões e duzentos milhões de cruzeiros, e aí poderíamos acoplar o orçamento para Defesa Nacional e Segurança Pública com duzentos e setenta e seis bilhões, o que daria um total de quinhentos e noventa e dois bilhões, o orçamento para SAÚDE E SANEAMENTO não passa dos oitenta e oito bilhões de cruzeiros. Sem falar nos duzentos e sessenta bilhões para energia; nos quatrocentos e vinte e sete bilhões para o planejamento.

Aos tecnocratas que estabelecem os totais para os diversos setores ministeriais, e que tiveram o descaramento de fixar em orçamento, apenas oitenta e oito bilhões para Saúde e Saneamento, aqui vai um dado: de cada mil crianças que nascem aqui no Paraná, sessenta nascem mortas. Dá mais de quatro vezes a mortalidade dos Estados Unidos e mais de sete vezes a da Suécia. São dados do Grupo de Planejamento Setorial SESB do Paraná e da World Health Statistics. E por que morrem? Morrem por falta de vitaminas, ou melhor, de comida; doenças nutricionais e doenças diarreicas, bem como sarampo, tétano, enfim, morrem subnutridas.

Voltemos ao orçamento federal.

No tópico Trabalho e Habitação, a Mensagem orçamentária do Governo Federal destina apenas 14,8 bilhões de cruzeiros, contra os 316.200 bilhões para as Forças Armadas. Não queremos aqui afirmar que as Forças Armadas não merecem, apenas estamos preocupados com as migalhas orçamentárias que são destinadas para ministérios e setores importantes, como Saúde, Trabalho, Saneamento e Habitação. Somente no Paraná, segundo a Relação Anual de Informações Sociais, no final de 79, tínhamos no mercado de trabalho apenas 847 mil pessoas. De cada nove paranaenses, apenas um era absorvido pelo mercado. TEMOS ENTRE DESEMPREGADOS E SUBEMPREGADOS NO PARANÁ, DOIS MILHÕES DE TRABALHADORES.

Quando sabemos que o salário-mínimo hoje deveria estar em Cr\$ 28.000,00, segundo estudos do Departamento Inter-sindical de Estudos Sociais e Econômicos; quando sabemos que

a saúde do nosso povo é precária; estão sem escolas; que a população come cada vez menos, pois 50 por cento aplica 60 por cento dos seus gastos mensais em alimentação, é que não podemos aceitar calados que o Presidente da República envie ao Congresso um orçamento irreal, que não espelha a verdade sócio-econômica do País. Pelo orçamento deduz-se claramente que construir usinas nucleares é muito mais importante do que a saúde do povo; que ampliar a fabricação de armamentos bélicos é muito mais importante do que a educação do povo; que investir bilhões no setor de Segurança Nacional, criando novos organismos de repressão, é mais importante do que o emprego, da casa para o trabalhador, da terra que o lavrador não tem.

E o que mais nos entristece é saber que hoje o Presidente da República está inaugurando, no Rio Grande do Sul, uma Feira de Animais. Enquanto o Sr. Figueiredo visita os bois e bezerras importados, em Ronda Alta, no mesmo Rio Grande do Sul, 1.200 pessoas estão acampadas há alguns meses, exigindo um direito legítimo, exigindo que o Governo lhes dê terra para trabalhar e produzir. O que pode levar um homem público a fazer tamanha distinção? O que é mais importante? Inaugurar uma feira de animais bem tratados, vacinados, com super-alimentação, ou ir ao encontro das famílias desesperadas de Ronda Alta, onde os camponeses acampados passam necessidades, e onde várias crianças já morreram. Em um extremo do Estado, uma feira de animais; no outro, um autêntico campo de concentração. É difícil acreditar que os nossos governantes prefiram o gado holandês, ao povo. É difícil e triste.

Muito triste.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputados Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A necessidade de prestar dois esclarecimentos, traz este Parlamentar à tribuna, neste momento.

O primeiro deles, para responder ao pronunciamento feito pelo Deputado Fidelcino Tolentino, sobre o funcionamento das comissões técnicas da Casa, e especialmente, sobre o funcionamento da Comissão de Constituição e Justiça.

E devo afirmar que hoje, na qualidade de Presidente, e desde o princípio da legislatura, na qualidade de Membro, sempre sentimos as enormes dificuldades para as reuniões das Comissões Técnicas da Casa. Talvez a que se reunia mais, seja, realmente, a de Constituição e Justiça.

Devo esclarecer também que, semanalmente, têm sido convocadas as reuniões desta Comissão.

No entanto, não temos o direito de pegar pelas mãos os Srs. Deputados e podermos levá-los à Comissão ou à Sala das Comissões.

Na verdade, o que nós estamos sentindo, é uma dificuldade enorme em reunir as Comissões Técnicas da Casa. E a C.C.J. não é exceção.

Há quem diga, e já se disse aqui no plenário, e lembro-me de uma expressão do Deputado Deni Schwartz, de que é ainda a única comissão que funciona, nesta Casa.

Por outro lado, afirmou o Deputado que as matérias são distribuídas, quando de natureza governamental, aos Parlamentares do PDS. Devo esclarecer ao Deputado Fidelcino Tolentino que a competência para distribuir matérias é da competência da Presidência da Comissão. O Presidente da Comissão distribui os processos para quem bem entender. Os relatórios têm que ser apresentados, pelos integrantes da Comissão, no momento em que recebem a matéria para relatar.

Se o arbítrio do Presidente da Comissão diz, intimamente ao Presidente que deve encaminhar as mensagens do Governo aos Membros do PDS, é competência do Presidente pro-

ceder assim.

E não tenho que dar, como Presidente da Comissão, satisfação a ninguém sobre esse tipo de comportamento. E o faço aqui no plenário, porque não permito que se levante qualquer tipo de suspeita sobre os Membros do PDS que integram a CCJ., nenhum tipo de suspeita, todos estão aptos, todos estão capacitados, a emitir relatório sobre qualquer matéria. Como também não levanto suspeitas sobre os Membros da Oposição. Acontece, no entanto, Sr. Presidente, que a Oposição se coloca num pedestal, e que, numa redoma, se imagina superior a tudo que existe, seja de físico, de material, de espiritual, de intelectual, seja lá do que pretender a Oposição, uma mística que precisa ser desfeita, já que a Oposição não se compenetra que tem o poder que imagina ter.

Cumprimento o Deputado Tolentino, vidente, advinho, já sabe o nome do Deputado que vai relatar a matéria que virá futuramente para esta Casa.

Por favor, Deputado Tolentino, eu que respeito Vossa Excelência que, lamentavelmente, nesta hora não está no plenário, vamos prever a hora que a inflação vai terminar, no Brasil. Vamos prever quando é que teremos melhores condições de funcionamento de sua Oposição, com menos retórica, com menos demagogia e com mais trabalho para o Paraná.

Talvez, Sr. Presidente, quando Deputados não resmungarem, quando Deputados assumirem o que afirmam, talvez nesse momento.

O segundo esclarecimento que quero prestar, Sr. Presidente, este de caráter muito pessoal, ao companheiro de Banca, Deputado Nelson Buffara que trouxe, a esta tribuna, uma matéria ligada ao Município de São José dos Pinhais, que também represento nesta Casa, que Vossa Excelência, Sr. Presidente, também representa.

Naturalmente, o nobre Deputado assume uma posição de defesa dos motoristas de táxi de Paranaguá, defesa que eu também, parcialmente já assumi, conseguindo uma autorização do Prefeito para que táxis de Paranaguá viessem trabalhar em São José dos Pinhais.

Ocorre, no entanto, que esse decreto da Prefeitura de São José dos Pinhais tem o caráter exclusivo de proteger a exploração desse serviço de transporte e de proteger os motoristas da terra. E admitir que, indiscriminadamente, carros de outras praças vão ao aeroporto buscar passageiros, significaria o mesmo que admitir a intromissão de qualquer táxi, em outra cidade que não aquela para a qual esse serviço está autorizado.

Por isso, houve o decreto, a matéria é legal, não se pode ferir a autonomia do município e deixo, aqui, a minha manifestação de boa vontade ao Deputado Nelson Buffara, em nome do Prefeito Piovisan para que isolados sejam resolvidos, como dois deles já o foram por este Parlamentar, atendendo uma reivindicação que veio de Paranaguá.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência, antes de passar a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, quer fazer um apelo a todos os Srs. Deputados que integram as Comissões Técnicas da Casa, um apelo cívico, especialmente nesta semana que estamos comemorando a “Semana da Pátria”, no sentido da possibilidade das reuniões, naquelas Comissões.

O SR. AIRTON CORDEIRO (Pela ordem) — Sr. Presidente, apenas para comunicar a Vossa Excelência e ao Plenário, que, nós já solicitamos à Assessoria da Comissão de Justiça, a convocação de uma reunião extraordinária desta Comissão, para hoje. E esperamos contar com o “quorum” mínimo necessário para o funcionamento da mesma.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Como disseram vários

oradores que passaram pela tribuna, matérias importantes estão por serem analisadas, especialmente matérias com relação ao Magistério Público do Paraná, sem o que, o Governo não terá condições de conceder alguns benefícios que dependem exclusivamente da aprovação dessas mensagens que se encontram aqui na Assembléia Legislativa.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de entrarmos no assunto que efetivamente nos traz à tribuna, queremos avaliar a manifestação de Vossa Excelência, até porque, os Projetos n.º 70/81, 69/81 e 71/81, desde 3 de agosto de 81 se encontravam respectivamente com os Deputados Basílio Zanusso, Jurandir Messias e Gabriel Sampaio. Desde 3 de agosto de 81, quando por certo houve a distribuição. Repito: os Projetos n.º 70, 69 e 71, desde 3 de agosto de 81, estão com os Srs. Deputados Basílio Zanusso, Jurandir Messias e Gabriel Sampaio. E nós realmente endossamos o que Vossa Excelência colocou, isto é, da importância principalmente que pode até muitas vezes fazer as comissões permanentes funcionarem, independente da presença de Deputados da Oposição. Quem sabe, Sr. Presidente, agora, com as sessões das sextas-feiras sendo antecipadas, as Comissões terão tempo para se reunir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Brasil tem assistido nos últimos dezessete anos a mudanças fundamentais, tanto no plano político como econômico. Se por um lado foram suspensos direitos hoje parcialmente reconquistados pela sociedade, restringidas as liberdades democráticas, e marginalizada grande parte da população das grandes decisões nacionais, de outro, aprofundam-se as contradições no aspecto econômico e de soberania nacional.

Se iniciamos 1964 com a quebra das instituições e a implantação de um novo modelo econômico dependente, que dizia voltar-se para a criação de empregos, paralelamente se deu por inaugurada uma fase de entrega do País ao capital monopolista estrangeiro. A burguesia nacional, aliada aos interesses multinacionais e imperialistas, foi, aos poucos, apoderando-se daquilo que o País, primário produtor, possuía de mais caro: suas riquezas naturais.

Vimos milhões de hectares de terras serem colocados nas mãos de grupos econômicos estrangeiros, selvas serem incendiadas para a formação de pastos e criação de gado na região amazônica, e lucros serem exportados para a Alemanha; abertos espaços para o capital estrangeiro avançar sobre setores essenciais da economia nacional, como a indústria do fumo, que atrelou toda a produção agrícola ao setor industrial, ou de automóveis e outros bens duráveis, que condiciona, inescrupulosamente, a política de empregos do Governo à sua política de mercado internacional. Loteia-se o Brasil.

E o País, para tentar resolver seus problemas internos, vem abrindo mão dos seus principais recursos: fala agora, em entregar a região do Projeto Carajás ao capital monopolista externo, como se ali houvesse algum risco; mas o faz como já deu, de mão beijada, reservas florestais, terras, minérios, aos americanos, especialmente ao Projeto Jari, que ocupa uma área superior a da Suécia, na Amazônia. Um País dentro do nosso.

No setor da energia, tem o Brasil e seus atuais governantes a consciência de que aí se situa uma das molas do poder mundial. O próprio Ministro das Minas e Energia César Cals, aqui nesta sala de sessões, afirmou que “energia é poder”. E, embora a sociedade brasileira estivesse acomodada diante da suposição de que algumas de suas reservas energéticas estivessem bem resguardadas, surge agora uma nova e imperiosa necessidade de nos posicionarmos, e irmos ao combate, ao confronto na defesa do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, voltamos ao assunto como tem feito o Senador José Richa com brilhantismo no Senado da República.

O xisto paranaense corre um grave risco. O xisto brasileiro corre um grave risco, Sr. Presidente. Pode ser entregue ao capital estrangeiro para atender à sede do imperialismo e estarão o Paraná e o Brasil, abrindo mão de uma de suas impagáveis riquezas, a que surge da terra e pode se transformar em fator de reforço da soberania nacional. Uma energia de baixo custo, cuja tecnologia dominados de ponta-a-ponta, e o poder cai nas garras dos dominadores estrangeiros. Nosso xisto pode-se transformar num patrimônio “pari-passu” do capital estrangeiro e para bem compreender isso, façamos um breve histórico do que vem ocorrendo.

No final da década de 60 e início dos negros anos 70, todos os países do mundo depararam-se com uma séria constatação: a grave crise, a conclusão de que as reservas de petróleo nos postos existentes, atingiam a casa de 635 bilhões de barris e que em pouco tempo, o mundo que consome 55 milhões de barris diários, estaria com toda a reserva esgotada.

Esta tardia conclusão, que dela já tinham conhecimento as grandes potências que se preparavam, somou-se as dificuldades enfrentadas pelas nações dependentes e transformou-se em desafio. Uma tarefa de auto suprimento interno, que significava ter que acelerar projetos em outras fontes de energia, como forma de resguardar o poder, conclusão que não norteava as ações do Governo que em 65 tentara abrir mão de um dos grandes potenciais, assim como entregava uma série de outras riquezas nacionais.

Foi, Sr. Presidente, Srs. Deputados, através do Decreto n.º 59980, de outubro de 1965, que determinou em parte a pretensão de se extinguir o monopólio estatal do xisto, contrariando todos os anseios da Nação brasileira que em 1950, lutara na rua e em todos os lugares, pela proteção das nossas riquezas e concluiu na Lei n.º 2.004, de 1953 o monopólio da União na pesquisa e lavra do petróleo.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Lei n.º 2.004, criadora da PETROBRÁS, ao considerar petróleo, o faz de maneira genérica como toda a lei e o mais simples dos juristas pode assim entender, considerou o vocábulo genericamente, e portanto, estão nele inseridas as espécies: petróleo de poço e petróleo do xisto.

Assim, como o Decreto do General Castelo Branco pretendia abrir ao capital nacional, mas especialmente ao estrangeiro com os seus convincentes métodos de invasão, uma das maiores reservas brasileiras minerais, estava se expondo.

Suprimidos então, dos Estados e Territórios, detentores destas riquezas, possíveis direitos de taxações sobre sua exploração, e sobretudo - e isso é importante -, colocada em risco a soberania nacional gerando uma série de discussões sobre o assunto, sufocadas naquele período de poucas liberdades e conhecidos anos de atos arbitrários.

Mas esse decreto pretendeu modificar a Lei n.º 2.004, no seu aspecto fundamental; caracterizou-se primeiramente, pelo desrespeito ao teor da Mensagem do Presidente Getúlio Vargas, enviada ao Congresso Nacional em 1951, e que explicava a necessidade de proteção de nossas fontes de energia, porque no texto, Sr. Presidente, na Mensagem encaminhada pelo grande estadista nacionalista Getúlio Vargas, falava na proteção de nossas fontes de energia, porque comprovadas suas viabilidades e dizia ele, Sr. Presidente: “na Bahia, a existência de petróleo já é comprovada. Há sedimentos de espessuras consideráveis na Amazônia, onde se encontram amostras de óleo e gás, e no Sul, a ocorrência de arenitos betuminosos, prova a presença de petróleo que a pesquisa e a perfuração trarão provavelmente para o âmbito comercial”.

Isso no Projeto n.º 1.516, de 1951, já previa o Presidente Getúlio Vargas a importância do que ele dizia “arenitos betumi-



nosos”.

O Sr. Valduga — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Em seguida, com prazer.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Mensagem declarava como objeto da PETROBRÁS Brasileira S.A. no seu artigo 2.º, a pesquisa, a lavra, a refinação, o comércio e o transporte de petróleo e seus derivados, inclusive o xisto betuminoso, bem como quaisquer atividades correlatas ou afins. De maneira clara, explícita, de vincular o xisto ao monopólio estatal do petróleo.

Recentemente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, recorrendo somente ao Decreto Presidencial de 65, que procurava dar por extinto o monopólio estatal sobre o xisto, o Ministério das Minas e Energia anunciava a abertura do projeto industrial e comercial de São Mateus, à iniciativa privada e também ao capital estrangeiro.

E atendo-se somente a esse decreto, a própria imprensa não atentou por uma legislação anterior votada pelo Congresso Nacional, em 53, que legislava sobre o patrimônio e reservas minerais e naturais do Brasil.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um apanhado de pesquisas realizadas em torno do xisto e especialmente a contribuição do Senador Josafá Marinho, professor da Universidade da Bahia, denominada “Xisto e monopólio estatal do petróleo”, demonstra historicamente que o xisto sempre foi monopólio e há pareceres jurídicos neste sentido, e sua estatização se deu como o resultado da luta da sociedade brasileira pela proteção das suas riquezas e pela soberania desse País.

Do ponto de vista jurídico, parece evidente a vinculação desse mineral e sua exploração ao monopólio estatal do petróleo. Uma análise, seguida de uma avaliação da Lei n.º 2004, prova que improcede qualquer negativa neste sentido. Senão, vejamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados: a Lei n.º 2.004, quando fala em petróleo considera tal vocábulo como gênero e, portanto, está falando do petróleo originado do poço, como do xisto, pois, estas explorações são espécies do gênero do petróleo.

Caem por terra argumentações contrárias no sentido de que o xisto por suas propriedades não se equiparara ao petróleo. Os próprios engenheiros da PETROBRÁS informavam em 1965 que os sucedâneos mais próximos do petróleo são: os óleos de xisto e dos arenitos betuminosos. Contradiz aí também, no Parecer da Consultoria Geral da República de 65, que tenta distinguir xisto de petróleo. Distingue e dá parecer favorável à iniciativa privada.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Lei n.º 2.004, no seu artigo 3.º, ao prever as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, C.N.P. explicita que esse deve superintender as medidas concernentes ao abastecimento nacional do petróleo, compreendendo a produção, a importação, a refinação e o transporte, a distribuição e o comércio de petróleo bruto de poço ou de xisto, assim como seus derivados.

Isto está no texto da lei, Sr. Presidente.

Já no artigo 10 da mesma lei, no parágrafo 3.º, equipara ainda as jazidas de petróleo de rochas betuminosas e pirobetuminosas ao petróleo de poço, o mesmo acontecendo com o artigo 37, da mesma lei.

De sorte que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pode-se e deve-se concluir que toda a exploração de petróleo seja de poço ou de xisto, no espírito do legislador está conceituado como monopolizado pela União. Foi baseado nestes princípios constitucionais, que o Consultor Geral da República, o então Dr. Antônio Gonçalves de Oliveira, depois Ministro do Supremo Tribunal Federal, deu seu parecer e opinou sobre o que se expõe na lei. Dizia o Dr. Antônio Gonçalves de Oliveira, do ponto de vista jurídico, a Lei 2.004 de 53, realmente considera petróleo de poço ou de xisto, como petróleo. E foi assim, com base em tal interpretação, e aí um detalhe importante, foi com base em tal interpretação, que a Companhia Industrial de Rochas Betuminosas, com sede em São Paulo, que pretendia explorar

as jazidas em Pindamonhangaba, no mesmo Estado, teve negada autorização de implementar o anteprojeto de uma usina experimental naquelas jazidas, sob a alegação de ser o xisto pertencente ao monopólio estatal.

A iniciativa privada, através da Companhia Industrial de Rochas Betuminosas em São Paulo, teve negada a sua pretensão, porque a PETROBRÁS exauriu um parecer dizendo que petróleo de xisto ou de poço é monopólio da União.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Conselho Nacional de Petróleo decidiu negar a autorização solicitada por infringir o monopólio, determinado pelo inciso 2, do artigo 1.º, da Lei de Monopólio de n.º 2.004, de 03 de outubro de 1953. Vê-se assim, vedada a iniciativa privada, nacional ou estrangeira.

Para reafirmar ainda a conceituação do xisto como petróleo, portanto, incluso entre os minerais de monopólio, ainda o Projeto n.º 1516, como dizíamos, que incluiu o xisto betuminoso como qualquer atividade correlata ou afim, no artigo 2, como sendo monopólio.

Neste instante, chamamos a atenção, porque é um aspecto que diz respeito diretamente à causa do Paraná, para legitimar o xisto como monopólio, está claro ainda no artigo desta lei que criou a PETROBRÁS com tanto sacrifício da sociedade brasileira, que para integralizar o capital da sociedade da PETROBRÁS, a União poderá dispor de bens e direitos que possui, relacionados com petróleo, inclusive a permissão de utilizar as jazidas de petróleo, rochas betuminosas e pirobetuminosas e de gases naturais - artigo 10, da mesma lei.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo Castelo Branco pretendeu, através de decreto, exatamente dar uma nova interpretação buscando pois, alterar a Lei n.º 2004, geradora da PETROBRÁS. E decreto esse, no seu preâmbulo, tem algo importante: não inclui a exploração e a industrialização do xisto como monopólio da União, num claro desconhecimento da legislação anterior já a partir de sua conceituação. Mesmo assim, esse decreto presidencial assegura à PETROBRÁS o direito de requerer novas pesquisas em quaisquer áreas do País. E cabe-lhe, diz ainda, a exclusividade para pesquisa e lavra do xisto contido na área definida pelas coordenadas geográficas que estabelece.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Como se nota a seguir, ao invés de o Governo militar de Castelo Branco inspirar-se na legislação vigente de 65, vai buscar num parecer equivocado do Consultor Geral da República, para tentar assim dizer que não se pode confundir funções, objetivo dos órgãos de orientação, fiscalização, no caso da CNP, e execução de monopólio.

E por absurdo que possa parecer, este Consultor, à ocasião, disse que o xisto não é petróleo porque não tem óleo.

Aqui, Srs., fica declarado o equívoco de ordem jurídica embasado num erro de origem científica, pois, em todos os pareceres da própria PETROBRÁS, fica explícita a inclusão do xisto entre os minerais que produzem óleo, tornando-se assim improcedentes o parecer que acabou por gerar um decreto, que se caracterizou pela abertura das riquezas minerais, a qualquer tipo de iniciativa. Ou seja, uma atitude entreguista e nociva ao Brasil e especialmente ao Paraná.

E o assunto, mais do que nunca, está em pauta novamente. E por isso nós estamos comentando.

Concedo aparte ao Deputado Valduga.

O Sr. Valduga — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ilustre Deputado Nelson Friedrich, é de obrigação que se junte à defesa que faz o ilustre Deputado, a posição que tomou ainda nesta semana, a unanimidade dos Deputados desta Casa, quando defenderam o xisto contra a pretensão da invasão das multinacionais. E além das razões de ordem de soberania nacional, há ainda um aspecto técnico que deve ser levantado, que o Brasil é um dos poucos países que detém, com eficiência, o desenvolvimento, a extração e o refino do óleo de xisto. Porque o Brasil investiu quantias fabulosas para chegar ao ponto que está. Foi necessário muito esforço para que a usina protótipo de São Mateus, desse

condições de produção de óleo, que hoje já em pequena escala se comercializa.

De sorte que não há argumento algum que se possa retirar esse óleo extraído do solo, do monopólio estatal e que deve ser ele desenvolvido, refinado e vendido pela PETROBRÁS.

Era isso que eu queria aduzir às suas palavras.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte, que vem inclusive, me permita o Deputado Ruben Valduga, permitir ampliar ainda mais a questão por Vossa Excelência levantada.

A PETROBRÁS, desde 1959, ao criar o PETROXIS, exatamente uma superintendência especial para pesquisar o xisto, gastou, neste período, 70 milhões de dólares. Paraná-Pesquisa, conseguiu obter a tecnologia necessária para todo processo de industrialização do xisto.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos brasileiros contribuíram, direta ou indiretamente, pelos tributos, pelo próprio pagamento da gasolina, para que conseguissem gastar 70 milhões de dólares, e obtermos “know-how” necessário à exploração do xisto.

E no entanto, nós sempre ouvimos por aí o argumento de que devemos deixar a multinacional vir ao Brasil, porque não temos tecnologia e não há capital. São os dois grandes mandamentos que estão a alimentar aquelas pessoas que entendem que devemos abrir as portas descaradamente ao capital estrangeiro monopolista. E aqui está a prova, Sr. Presidente, da falácia, da falsidade desta posição. Temos a tecnologia porque foi desenvolvida por nós e no entanto, diz o Secretário Geral da PETROBRÁS, que nós vamos agora vender esta tecnologia aos Estados Unidos. Mentira pior que esta, não há.

Sr. Presidente, os Estados Unidos têm a maior jazida de xisto do mundo. Na região de Colorado de Grand River, existem as maiores pesquisas, dominam absolutamente a tecnologia. O que os Estados Unidos pretendem fazer, e não podemos aceitar, é o colonizador vir aqui explorar o colonizado, levar as nossas riquezas, para só depois começar a exploração das suas montanhas de xisto betuminoso. É isto que sempre fizeram, porque é isto que está escrito no Terceiro Mundo. É a história econômica da América Latina, as nossas riquezas se transformaram em nossas pobreza. Temos a tecnologia.

Desde 59 produzimos essa tecnologia com o suor do cidadão brasileiro, e agora vem o Secretário Geral da PETROBRÁS dizendo que o Brasil vai vender aos Estados Unidos a tecnologia do xisto.

Por coincidência, as mesmas empresas que estão explorando o xisto na região de Colorado, Estados Unidos, são as que vieram ao Paraná, na semana retrasada.

Para concluir, Sr. Presidente.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Em seguida.

Em cima do aparte levantado pelo ilustre Deputado Ruben Valduga. Temos tecnologia e temos capital, porque o xisto não é petróleo, não é loteria, é a única jazida do mundo que está à flor da pele, e com qualquer pá se consegue tirar a matéria-prima e industrializá-la.

E aqui no Paraná, onde, praticamente, estão 80% do xisto brasileiro está à flor da pele. Já é um pouco diferente do Rio Grande do Sul, que são mais de seis metros de profundidade para recolhê-la.

Aqui não chega, em lugares, a um metro.

E, no entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está-se apelando teoricamente para a famosa instituição do contrato de risco, também do xisto.

Que risco?

Que risco, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se está à flor da pele?

Não é uma loteria, de se aprofundar 500, 800, 1.000, 2.000 metros na superfície, como se faz com o petróleo. Embo-

ra também somos, na entrega, mesmo na exploração do contrato de risco do petróleo de poço, que continuamos a entender sendo uma questão de soberania nacional, e, portanto, se a energia é poder, não podemos permitir que fuja do monopólio, portanto, também não o xisto.

Sr. Presidente, é por isso que, se a questão já foi levantada mais uma vez, no Senado, pelo ilustre Senador José Richa, com destaque, com qualidade na sua interpretação, nós precisamos, estamos visualizando que a sociedade parece prever suas perdas e a sociedade fala e necessita falar em defesa de nossas riquezas.

O que se prenuncia é que as águas do imperialismo, comecem dar seus vôos razantes sobre o Paraná.

É isso que se prenuncia, Sr. Presidente, que as águas do imperialismo começam a dar seus vôos razantes também sobre o Paraná. Aqui brilham, temporariamente, as riquezas mais promissoras.

O imperialismo volta seus olhos temporariamente para onde o lucro, as possibilidades de sucesso e as facilidades estão mais próximos, e o Paraná não pode ficar passivamente, quando esta cobiça não se esconde, porque ela, inclusive, agora é aberta.

Sabemos, Senhores, que esta cobiça está se transformando em terríveis pressões contra o Governo Central, e a história recente tem demonstrado que nem sempre o pudor e a defesa da soberania nacional têm norteado as ações que vêm de cima. Mas nós não podemos aceitá-las aqui.

O Deputado Fidelcino Tolentino para eu poder concluir, tem o seu aparte.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Agradeço a Vossa Excelência. E é exatamente para enfatizar esta posição que Vossa Excelência defende na tribuna, como o concreto de uma das bandeiras da Oposição e que vai levantar em todos os cantos do Paraná, principalmente. Já começou, há algum tempo, através de pequenos pronunciamentos, e agora, como o carro-chefe de uma plêiade de homens voltados para o interesse paranaense, inaugura um posicionamento, o Senador José Richa.

E muitas perguntas já se fizeram aqui, aqui mesmo neste Plenário: o que fez o Senador José Richa?

Gostaria de colocar uma outra pergunta a muitos daqueles que a fizeram: o que não fez o Senador José Richa?

Porque o Senador usa de todos os poderes que dispõe, limitadíssimos. E nós da Oposição bradamos a verdade, e não somos videntes para perceber que a economia paranaense vai se esvaír mais uma vez, vai ser entregue, de graça e aqui tem um ex-Deputado Federal, Pedro Lauro, que muito batalhou em favor do xisto, do petróleo de Mallet e o Paraná ficou calado. As vozes que se levantaram foram da Oposição, por isso tal se deu. E não há necessidade de se levantar o argumento da vidência e fazer uma crítica, não só acerba, mas também desurbanizada, a respeito do comportamento da Oposição.

Realmente, nobre Deputado, esta bandeira é uma bandeira que, talvez, nas caladas das maquinações dos que estão no Poder, poderá ser destruída só porque a Oposição está empunhando com firmeza, determinação e coragem.

O Paraná precisa, realmente, restabelecer, resgatar a sua dignidade de um Estado pertencente a uma Federação. Ora, não se trata de problema de ordem partidária, aí estão a “Gazeta do Povo”, o Canal 12, fazendo uma campanha em favor da paralisação da nossa economia.

Aqui já teve uma CPI da Desparanização e ficou arquivada nos Anais desta Casa para nossos pôsteros fazerem uma análise.

Entretanto, nobre Deputado, com a autoridade de Vossa Excelência e com a investidura de Líder de nossa Bancada, levanta, aqui, nesta Casa, a voz de uma parcela considerável deste povo sofrido e humilhado do Paraná, para que os demais paranaenses de boa vontade e que, realmente, têm interesse e espírito público, possam também, sem coloração partidária, levantar



essa bandeira e deixá-la no pico dos nossos montes mais altos, para que toda a História, de todos os tempos, possa ver que, na nossa época tiveram paranaenses de coragem para segurá-la.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa que lhe resta apenas um minuto para concluir.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, o nobre Deputado Nilton Friedrich poderá usar cinco minutos do horário da Liderança. Os dez restantes serão usados pelo Deputado Fiori Luiz.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

Continua com a palavra o nobre Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço, Sr. Presidente e também o aparte do Deputado Fidelcino Tolentino.

Apenas para concluir, Sr. Presidente, porque teríamos muitas coisas ainda a destacar, mas voltaremos ao assunto, como outros companheiros.

É de que o monopólio estatal assegura ao Paraná a possibilidade de ver suas riquezas exploradas em benefício deste País.

A tecnologia aqui desenvolvida pela PETROXIS nos dá campo para avançarmos no rumo até da auto-suficiência interna de energia de origem petrolífera, porque, do xisto, vem o petróleo, mas também vem o gás de cozinha e uma infinidade de produtos necessários à indústria petroquímica. Também teríamos, Sr. Presidente, com a exploração feita pela PETROBRÁS através de uma subsidiária, o Paraná empalmado esta questão, também, empregos gerados, por nossa força, evitando-se a presença indesejável do capital estrangeiro.

Sr. Presidente, o Paraná está avisando, as autoridades paranaenses têm sido comunicadas e chamadas a tomar posição diante de verdadeiras ameaças de roubos disfarçados dos potenciais do Estado, mediante avisos e cobiças. E qual tem sido a reação de dignidade de nossos homens do Governo? Qual tem sido? É preciso se fazer uma análise clara, Sr. Presidente. Será que teremos neste instante, ou não, o Paraná, assumido? Ou terá que algum companheiro nosso levantar mais uma vez a questão e tomar posse do Governo? Será que teremos de assistir a perda do xisto como se deu com o 5% do território do Paraná, coberto pelas águas das hidrelétricas de São Paulo? Ou a omissão, ou a impotência diante do que acontece com a indenização que não vem da Central do Paraná, e, todos os demais problemas que nós poderíamos trazer aqui e fazer um rol, levantados por tantos companheiros nesta tribuna e fora dela? Parece-me que este Estado não poderá ficar esperando pela voluntária ação protetora dos seus mandantes. Devemos ficar atentos para todas as argumentações que contrariem os direitos paranaenses, como a ter tudo aquilo que atenta contra o monopólio do nosso xisto que aflora no Paraná, desde São Paulo até o Rio Grande do Sul! Temos que abraçar a tecnologia até aqui desenvolvida, que deixe evidente a inexistência de risco.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, quem pegar é que ganha! E nós temos o direito de exigir que esse quinhão seja nosso e que o Paraná, a exemplo de outros Estados detentores de reservas petrolíferas, tenha a sua parcela, sua percentagem sobre essa exploração. A Lei n.º 2004 que criara a PETROBRÁS, devemos trazê-la à luz dos nossos dias, desconsiderando um arbitrário decreto governamental gerado no período imediatamente posterior ao golpe de 64, quando se dá por iniciado ainda mais, o período de entrega do País. Nos assegura, portanto, direitos, a Lei n.º 2004, direitos que não podemos abrir mão, pois, erros de conceituação geram o risco que nos é lançado agora. Temos que fazer vigir o artigo 10 no seu parágrafo 3.º, que prevê a transferência ao Estado e aos municípios onde exis-

tir petróleo, rochas betuminosas e pirobetuminosas e de gases naturais respectivamente, 8 e 2% das ações relativas ao valor atribuído a essas jazidas. Façam os cálculos, Senhores, o que significam 8% para o Estado e 2% para os municípios, em ações da PETROBRÁS, do valor dessas jazidas? Façam os cálculos e chegarão a bilhões e bilhões de cruzeiros! E mais, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nos atermos ao artigo 27, da mesma lei que prevê o pagamento ao Estado onde houver lavra de xisto betuminoso, uma indenização correspondente a 5% do valor de óleo extraído do xisto do gás. Façam os cálculos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de 5% a título de "royalty" sobre a jazida de xisto betuminoso de São Mateus do Sul. Este direito, Sr. Presidente, é nosso! E, uma aliança entre todos os segmentos da sociedade paranaense que nos una, que nos faça uma só força; é mecanismo indispensável para que expulsemos as ameaças de perda da soberania, que pesam sobre o Brasil. Se já se disse que o poder passou das nações que tinham dinheiro, para as que têm energia, nós podemos dizer que o poder também está em quem tem tecnologia e em quem tem a energia. E nós, temos, e, por isto, o xisto é nosso, Sr. Presidente!

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A luta do Magistério Paranaense pela sobrevivência financeira de cada professor e em busca de condições para poder cumprir seu compromisso com a sociedade, de ensinar e formar as novas gerações, tem exatamente a idade da "Revolução" de 64.

No dia 31 de Março de 1964, no exato momento em que chegou a notícia da eclosão do golpe militar, professores e universitários estavam reunidos no anfiteatro da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, num acirrado debate, com a presença do então Secretário de Educação, Jucundino Furtado, do Governo Ney Braga, inconformados com medidas adotadas na época pelo Governo.

Os avanços conquistados ao longo desses dois decênios foram em três etapas, À CUSTA DE TRÊS GREVES.

Em 1968, após longa paralisação de atividades, o magistério conseguiu a adoção do sistema da lista triplíce para escolha de diretores de estabelecimentos — que o Governo seguinte derrubou —, um estatuto do magistério — que nunca foi regulamentado e nem cumprido — e uma razoável melhoria de vencimentos, recebida com enormes atrasos, após a inflação haver consumido o poder aquisitivo.

Com o evento do AI-5 e o recrudescimento da ditadura, os professores ficaram impedidos de fazer greves e ao longo de dez anos foram gradativamente reduzidos à marginalidade e miserabilidade, até que em 1978, desafiando o próprio AI-5 e sob a ameaça de enquadramento na Lei de Segurança Nacional, pelo governador de então, houve nova paralisação que, embora parcial, moveu de tal forma a opinião pública, a ponto de obrigar o Governo a prometer a elevação de nível para uma parcela do magistério, feita posteriormente através de um concurso ilegal e desumano —, concurso de ingresso que há quase dez anos não se fazia — e uma insignificante melhoria dos vencimentos.

O atual Governo, desde seu início, tem tentado demover o magistério de sua luta reivindicatória através de uma espécie de diálogo passa-tempo e adoção de meias-medidas, migalhas concedidas à conta-gotas, alardeadas como soluções para os problemas da classe, tentando-se com isso, iludir e confundir não só os professores mas também e principalmente a opinião pública paranaense.

Após mais de um ano e meio de conversa fiada, promessas frias e procrastinações por parte do Governo, em outubro do

ano passado, os professores paralisaram as aulas durante algumas semanas e o Governo viu-se obrigado a atendê-los com piso salarial de dois salários-mínimos, o pagamento dos avanços diagonais — negando-se criminosamente a pagar os atrasados que continua devendo desde 1977 — e prometer, através da palavra pessoal do Governador, continuar conversando com os representantes da classe para equacionar e solucionar as inúmeras reivindicações, entre elas, a elevação do piso salarial para 2,5 e 3 salários-mínimos, o pagamento pela habilitação, como manda a lei etc..

O Movimento Educação e Justiça, encetado pelos professores no ano passado, não terminou; apenas foi feita uma trégua. Os mestres permaneceram dando aulas enquanto aguardavam o resultado das negociações. Para reforçar essa posição, em março deste ano, a classe designou quatro representantes seus para, juntamente com quatro representantes do Governo, formarem a Comissão Mista Paritária que, no prazo de 30 DIAS deveria propor uma solução global para os problemas em pauta.

A seguir, o Sr. Secretário da Educação, com o consentimento da classe, prorrogou esse prazo por mais 30 DIAS. Novamente, e já sem consultar ninguém, nova prorrogação por mais 30 DIAS, e finalmente, outra vez sem o consentimento da classe, prorrogou o referido prazo até 31/12/81.

Essas sucessivas prorrogações de prazo, permitiram entender com clareza a intenção de enganar o magistério mais uma vez, por mais um ano inteiro, para no ano que vem, às vésperas das eleições, vir o Governo com mais algumas migalhas e assim tirar o costumeiro, demagógico e execrável proveito eleitoral.

Hoje, qual o resultado após 306 dias de conversações com o Governo?

A mentira do Governo através da imprensa e de seus porta-vozes é de que oitenta por cento das reivindicações estão atendidas.

Vejamos, com dados concretos, quão mentirosas, tendenciosas e comprometedoras são tais afirmações. No Boletim Informativo da Secretaria de Educação, vejamos as respostas oficiais dadas às 22 reivindicações dos professores:

- 1 — Reajuste Semestral de Salários;
- 2 — Implantação do 13.º salário.

#### NEGADOS SOB A ALEGAÇÃO DE QUE SÃO DA ALÇADA FEDERAL.

- 3 — Piso salarial de 2,5 e 3 salários-mínimos.

NEGADO, pois o Governo nem os 2 salários que prometeu ano passado, vem cumprindo, e nem fala nessa elevação.

- 4 — Reformulação da tabela de vencimentos.

PROMETIDA a partir de janeiro de 82, estabelecendo apenas os percentuais de diferença entre um nível e outro, sem definir os valores para cada nível. Tudo incerto, nada definido.

- 5 — Promoção dos professores PA-1 para PB-2.

NEGADO.

- 6 — Pagamento pela maior habilitação.

NEGADO — embora claramente expresso na Lei Complementar n.º 7/76, artigos 10 e 32.

- 7 — Criação e remanejamento de vagas orçamentárias.

PROMETIDO, sem definir para quando.

- 8 — Promoção dos professores C-3 para E-5.

NEGADO. Atendidos apenas alguns, aumentando a decepção e o descontentamento da maioria.

- 9 — Criação de novos regimes de trabalho.

NEGADO, sob a alegação de que o Governo continuará estudando e analisando. Até quando?

- 10 — Adoção da hora permanência.

RESPONDIDO com a evasiva de que o Governo acha VIÁVEL a partir de 82.

- 11 — Concessão dos 5 avanços diagonais.

NEGADO, sob a alegação de que a nova tabela de vencimentos estabelecerá outra sistemática, novamente sem falar em

valores.

- 12 — Lista Tríplice para habilitação de diretores.

NEGADO sob a alegação de que o Governo continua as consultas, sobre a melhor forma de indicação de diretores de estabelecimentos.

- 13 — Dois padrões aos diretores que têm um só à disposição.

RESPONDIDO que já existem normas traçadas a respeito. Só que essas normas não estão sendo cumpridas.

- 14 — Avanço Diagonal para professores a que se refere os artigos 118, 119, 121 e 123 do Estatuto, e regulamento desses artigos.

A RESPOSTA do Governo é que já existe projeto tramitando no Poder Legislativo, sem dizer o prazo e o conteúdo desse projeto.

- 15 — Equivalência Salarial para Inativos.

NEGADO sob a evasiva de que o Governo continua estudando e pretende conceder para 82.

- 16 — Avanço diagonal para inativos.

NEGADO.

- 17 — Fixação das normas das funções das especialistas da educação.

RESPOSTA evasiva de que vem sendo objeto de estudo pela Secretaria, e de que pretende-se para 1982.

- 18 — Gratificação de regência para pré-escolar.

JÁ PROMETIDA pelo Senhor Secretário há quase um ano e não cumprida até agora.

- 19 — Elevação do nível de vencimentos para os professores regionalistas e leigos.

NEGADO com evasiva de que o Governo no passado já atendeu algumas reivindicações nesse sentido."

A Associação dos Professores na sua página de Educação do jornal "O Estado do Paraná", faz um apelo patético ao tecnocrata, o incompetente que está na Secretaria de Educação.

"Sr. Secretário Edson Machado de Souza, readquira a confiança do professorado do Paraná, reconhecendo apenas os seus direitos, e fazendo-lhe "jus" às principais reivindicações. Não continue a serviço de um regime, que apenas quer "tapar o sol com a peneira". Seja um educador estando com os educadores, professor Edson. Seja o nosso representante e não o nosso inimigo. Fique na História da Educação do Paraná e do Brasil como amigo dos professores".

Todos sabem que o Governo tem condições de atender de imediato às reivindicações dos mestres, é só querer, pois se há dinheiro de sobre para mentir pela televisão e pelos jornais todo o dia, se há dinheiro de sobre para pagar vultuosas e vergonhosas aposentadorias do Tribunal de Contas, por que não haveria para a educação e para o educador?

A Secretaria de Educação do Estado do Paraná está acéfala. O Sr. Edson Machado é puramente tecnocrata e o problema é, acima de tudo, político e requer sensibilidade, coisa que o tecnocrata formado em laboratórios de Brasília não tem. A Secretaria gasta milhões com publicidade nos jornais e Tvs, sem procurar melhorar a condição do professor e, conseqüentemente, o nível de ensino, meta já estabelecida pelo PMDB, quando assumir o Governo em 83.

Fazemos aqui um apelo ao Governador do Estado, para que Ney Braga assuma definitivamente o Governo do Estado do Paraná. O café está sendo erradicado, o xisto está sendo entregue, professores são "bóias-frias", hidrelétricas loteando o Estado. Assuma o Governo Ney Aminthas de Barros Braga! Ou será que a folhinha do Governador ainda está parada no dia 15 de março de 79?

O Paraná é hoje um grande defunto, quem beijou, beijou. Quem não beijou, não beija mais, que vão tapar o caixão!

O povo exige que o Somoza do Paraná, que o Stroessner do Paraná, Sr. Ney Braga, sente no trono e administre este Esta-

do.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. FIORI LUIZ — Concedo o minuto que resta ao Deputado Fidelcino Tolentino.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Agradeço a oportunidade que Vossa Excelência me dá. Só quero acrescentar que já vim tantas vezes a esta tribuna dizer que o Governo nem honra compromisso escrito através da Secretaria. Quando naquela dificuldade com os professores, na lei de aumento, se comprometeu mediante ofício, porque não teve coragem de colocar no texto da lei, de pagar dois salários-mínimos para as professoras normalistas, até agora, a partir do mês de maio, não pagou as professoras. Com a mensagem do abono, somente receberão aquilo que tinham direito, a partir do mês de maio, a partir do mês de maio só vão receber um mês, porque a partir de novembro subirá novamente o salário-mínimo e absorverá os 30%, os 43% quase, que será concedido às professoras normalistas.

Esta é a resposta que estamos esperando há mais de dois meses do Governo do Estado. Nós queremos a resposta, porque senão os professores darão no dia 15 de novembro, se houver eleições no ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do Partido Popular se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Ausente). Consulto à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro. — (Declina).

Havendo declinado, no horário reservado à Liderança do PDS, concedo a palavra ao nobre Deputado Aírton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente, devo informar ao Deputado Fidelcino Tolentino, que a Companhia Paranaense de Energia está fazendo os levantamentos necessários, acerca da denúncia formulada ontem por Sua Excelência da tribuna desta Casa. E tão logo estes levantamentos estejam concluídos, nós traremos as informações devidas e necessárias ao Deputado que pronunciou a denúncia, bem como a este Plenário.

Recentemente, nós viemos a esta tribuna para falar sobre a situação do Magistério Paranaense e muito particularmente para fazer um apelo aos docentes do Paraná. Já se sabe que existe a previsão de um movimento grevista a ser deflagrado no próximo dia 14. Já se sabe que tramitam nesta Casa, matérias de interesse do magistério e que serão certamente aprovadas pelo Plenário soberano, desta Assembléia.

Acabamos de ouvir um pronunciamento inflamado do Deputado Fiori Luiz, como que fazendo uma retrospectiva de todas as reivindicações encaminhadas ao Governo do Paraná. E nesse pronunciamento, um aparte não menos inflamado, do Deputado Fidelcino Tolentino, e em ambas as manifestações, reconhecemos algumas razões. Mas não podemos deixar de refutar, com tranquilidade e ao mesmo tempo com veemência, as acusações feitas especialmente ao Governador do Estado e ao Secretário da Educação.

O mesmo Governador, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que tem sido receptivo a todas as reivindicações do Magistério do Paraná, mas que não tem o poder de fazer milagres, para atender a todas essas reivindicações. O mesmo Secretário, que incansavelmente tem atendido em seu gabinete, tem ido às assembléias promovidas pelas entidades de classe e tem dialogado com os professores em todas as oportunidades que lhes são oferecidas. Essas acusações, mesmo que haja uma série de razões nos pronunciamentos há pouco proferidos, devem ser rechaçados com veemência, porque não está a espelhar a expressão da verdade. E nós temos afirmado com muita frequência — e é sem-

pre bom que se diga, especialmente para que o magistério que nós tanto respeitamos e de quem nós tanto esperamos, para que o magistério saiba que se ele foi relegado no passado a uma situação até vexatória, Sr. Presidente, este Governo, sério, que se compromete com a verdade, em toda a sua plenitude, tem buscado honrar os seus compromissos todos, sem fraudar a verdade e sem iludir alguém.

Portanto, quando nós ouvimos pronunciamentos dessa natureza, muito mais do que nós, nos revoltarmos, nós manifestamos a nossa mágoa, Sr. Presidente, a nossa mágoa, pela injustiça, que é o que mais pode machucar o ser humano. E nós queremos invocar o testemunho do próprio Magistério do Paraná e aqui estão nesta Casa, Deputados não de primeira legislatura, como este que se encontra aqui desta tribuna, nesta hora, mas Deputados que participaram da votação do Estatuto do Magistério.

Deputados que participaram de tantas e tantas manifestações do Magistério Paranaense, seja da Situação, seja da Oposição.

E a todos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu lanço aqui um repto com a maior serenidade: qual dos últimos Governos do Paraná fez o que está fazendo o atual Governo Ney Braga pelo Magistério Paranaense?

Se pesquisarmos a história, nós vamos localizar, no tempo, um outro Governo que se preocupou com os professores e com os servidores, que foi o Governo eleito pelo povo paranaense, eleito em 1960, que foi o próprio Governo Ney Braga.

Claro, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que desse rol de reivindicações, o Governo não pode atender a todos, e nem poderá. Como, da mesma forma, seguramente, esta Assembléia nunca vai satisfazer aos anseios plenos da população do Paraná, não só pelas limitações inerentes à natureza do ser humano, mas como pelas próprias impossibilidades que nos são impostas pela realidade nacional.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Concederei, depois do aparte ao Deputado Erondy Silvério.

Mas não se acuse, com tanta injustiça, com tanta levianidade, o Governo, de não tomar conhecimento das reivindicações do magistério; não se afirme desta tribuna, que o Governo desconhece o que quer o magistério.

O que o Governo faz efetivamente é assumir uma postura da mais absoluta seriedade, para dizer “sim”, àquilo que pode fazer, e dizer “não”, com toda tranquilidade, àquilo que não pode fazer, sob pena de, hipocritamente, de sorrateiramente, aí sim, de subrepticamente, enganar com consciência de quem está enganando.

Concedo aparte ao Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Nobre Deputado, lamento interromper o pronunciamento que Vossa Excelência faz nesta tarde, assim quase que de improviso, mas que é um dos mais brilhantes pronunciamentos que eu assisti e ouvi este ano, nesta Casa.

Meus parabéns a Vossa Excelência.

Solicitei o aparte na oportunidade em que Vossa Excelência disse que o nobre Deputado Fiori Luiz havia pronunciado um discurso inflamado.

Naquele instante é que solicitei o aparte a Vossa Excelência para estranhar, estranhar sinceramente os termos descorteses, desonestos, usados pelo Deputado Fiori Luiz, relativamente ao Governador do Paraná, Ney Braga.

O nobre Deputado Fiori Luiz vem, sistematicamente, agredindo verbalmente, o Governador do Paraná, em termos ofensivos dos mais baixos que a história deste Parlamento ouviu até hoje.

Vê Vossa Excelência, um Deputado representante do povo vir aqui dizer que quem está no Palácio Iguaçu é um “defun-

to”.

Não nos preocupa, absolutamente, essas afirmativas, porque, quando se conhecerem os resultados das eleições de 82, para o Senado da República, nós vamos tapar a boca do Deputado Fiori Luiz. “Defunto” ganha eleição, e Ney Braga ganhará as eleições, seguramente, em 1982. Daí nós vamos dar o troco ao Deputado Fiori Luiz.

Agora, o que nós não podemos aceitar, absolutamente, e fazemos até um apelo ao nobre Deputado, para que não use mais essas expressões, comparando o Governador do Estado do Paraná, chefe de família, cristão, honesto, que não existe na história do Paraná, Governador mais honesto. Pode existir igual, mas um homem que prima pelo zelo no trato do dinheiro público.

Comparar Ney Braga a Anastácio Somoza, ditador, corrupto, ladrão, que infelicitou o seu povo, por tantos e tantos anos, é uma comparação que nós não podemos aceitar, e que o Paraná todo não aceita.

Se o Deputado Fiori Luiz pensa que está marcando ponto político, em se referir ao nosso Governador, com essas expressões, ele está enganado. Ele terá, isto sim, o repúdio do povo paranaense, que conhece a trajetória político-administrativa de Ney Braga; a folha de serviços que ele presta ao Estado do Paraná, desde 1951.

Acompanhei Ney Braga. No meu 1.º mandato de Vereador, em Curitiba, o Sr. Ney Braga foi eleito Prefeito. Sei das transformações que se processaram na administração pública municipal de Curitiba. Transformações essas que estão aí ainda e serviram de embasamento às futuras administrações. Ele modernizou a administração pública de Curitiba, por isso é um homem querido pelo povo paranaense.

Depois, no seu primeiro governo, pegou este Estado aos frangalhos e o entregou pujante como todos conhecemos.

Sua trajetória nos Ministérios da República foi uma das mais brilhantes.

Nesse seu segundo governo, apesar das dificuldades econômicas em que se debate o mundo, todos os países não produtores de petróleo, o Estado do Paraná vem cumprindo todos os seus compromissos na área financeira, principalmente com relação ao funcionalismo público. E os professores, e o projeto de abono, que está aí e que é, praticamente, o 13.º salário.

Então, é uma injustiça como essa que não podemos aceitar. E vemos até com tristeza, o nobre Deputado Fiori Luiz fazer essa comparação pejorativa.

Ele não terá a nossa resposta. Nossa resposta, vamos dar após conhecidos os resultados, do ano que vem, para o Senado da República.

Nunca vi defunto ganhar eleições. Mas, o Deputado Fiori Luiz vai ver.

Obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço e endosso, inteiramente, as palavras de Vossa Excelência.

Devo dizer que a injustiça é a janela do inconformismo. É a janela que se abre para que possa, através dela, olhar, ver, enxergar, se possível, aqueles que não se conformam, que não se contentam, que não aceitam, que não aprovam e que só estão habituados a reprovar.

Tomara, Sr. Presidente, que essa janela não se abra para nossa juventude. Que essa janela não se abra para esses que estão sendo plasmados, hoje, e que responderão pelo futuro deste Estado, deste País.

Tomara que esta janela, um dia, possa ser melhor usada pela Oposição desta Casa que se recusa, peremptoriamente, a aceitar toda e qualquer obra positiva do Governo. E que só vê, na obra governamental, os defeitos pecaminosos de uma administração que, segundo ela, Oposição, nada faz.

Mas temos consciência que muito mais do que a Oposição,

o povo do Paraná saberá olhar por esta janela, Sr. Presidente, para fazer justiça e para condenar a injustiça daqueles que, inconformados pelo seu insucesso, não sabem reconhecer os méritos de quem os tem, para oferecer um exemplo à nossa juventude.

Que o Magistério do Paraná não aceite as provocações, repudie as insuflações e diga “sim” à prioridade da educação do Paraná, permanecendo ao lado das nossas crianças e continuando a reivindicar, porque este é um Governo sério que cumpre os seus compromissos.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Nelson Friedrich, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão de Defesa ao Consumidor.— Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 64/80, de autoria do Deputado LÁZARO DUMONT e outros, que altera o Regimento Interno da Assembléia Legislativa. (Antecipando para quinta-feira, a sessão ordinária de sexta-feira). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., com EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO. Em votação a Emenda.— Aprovada.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito seja feita a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal.

(É feita a chamada)

Responderam a chamada nominal 45 Srs. Deputados. Há “quorum” para deliberação.

A Mesa procederá verificação de votação requerida pelo Sr. Deputado Darcy Deitos.

Em votação a Emenda Substitutiva ao Projeto de Resolução n.º 64/80.

24 Srs. Deputados o aprovam; 16 Srs. Deputados o rejeitam.— Aprovada.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. DARCY DEITOS — Solicito a Vossa Excelência que faça constar em Ata que os votos contrários à aprovação deste projeto foram todos das oposições com assento na Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24/81, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que altera o regime de auxílio hospitalar ao servidor e dependentes, contida no Art. 4.º, do Decreto n.º 14.585, do Regulamento do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE, conforme específica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por

unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 38/81, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que introduz alterações no texto da Lei n.º 6149, de 09 de setembro de 1970. (Regimento de Custas Judiciais). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e da C.F., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 196/79, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que cria o Município de Sarandi, com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do Município de Marialva e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., com EMENDA, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Em votação o projeto.— Aprovado, artigo por artigo.— Em votação a Emenda.— Aprovada.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 173/80, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Professor João Calisto de Medeiros. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 05/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 10/81), que subscreve aumento de capital da Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, mediante integralização pela incorporação do imóvel situado em Curitiba e de propriedade do Estado, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — O presente projeto de lei diz em seu artigo 1.º, que fica o Poder Executivo autorizado a subscrever aumento de capital da Companhia de Habitação do Paraná, COHAPAR, mediante integralização pela incorporação do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado à Rua Barão de Antonina, n.º 325, com as seguintes características: terreno de forma retangular constituído pelo lote n.º 10, da quadra 58, setor 31, zona 1, com 42,75m. de frente e 21 metros de fundo, perfazendo a área de 923,40 mts. quadrados, contendo uma construção em alvenaria e um galpão de madeira, adquirida por escritura pública lavrada às folhas 96 verso do livro 461, do 1.º Tabelionamento desta Capital.

Art. 2.º — O imóvel de que trata a presente lei destina-se à construção da sede própria da Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR.

E art. 3.º — esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tal projeto de lei passou pela C.C.J. desta Casa, onde constitucionalmente no art. 47, inciso 16, é previsto de que compete exclusivamente ao Governador prover as necessidades da administração do Estado e dos bens públicos, evidentemente.

Diz também o art. 21, da Constituição, no item 8.º letra C - de que compete a Assembléia autorizar a concessão, ou alienação, ou arrendamento de bens imóveis do domínio estadual.

Ocupo a tribuna, Sr. Presidente, por entendermos de que tal projeto de lei é incompleto porque não prevê, Sr. Presidente, por quanto irá ser passado este imóvel, ou quem irá fazer a avaliação deste imóvel, Sr. Presidente. E cremos que neste projeto deveria destacar qual o órgão especializado que irá fazer esta avaliação.

Porque imaginemos o seguinte: admita-se que como não é previsto o valor, pode-se passar este imóvel por um cruzeiro e ser subscrito no aumento do capital de um cruzeiro na Companhia de Habitação do Paraná e, conseqüentemente, ela passando a ser uma empresa de economia mista, fugirá ao controle desta Assembléia. Poderá esta empresa amanhã falir e, sub-repticiamente, este imóvel ser passado para alguém ou para algum dos credores.

É nossa preocupação, Sr. Presidente, haja visto que não tivemos oportunidade de apreciar este projeto na comissão específica, caso contrário teríamos feito um requerimento para que diligência fosse baixada através da CCJ ou da CF, para que dissesse qual o órgão que vai fazer a avaliação deste imóvel, qual o regime das ações que deverá ser subscrito neste aumento de capital e qual o prazo para a COHAPAR executar a obra de construção de sua sede própria. E também é neste tópico que realmente me preocupa, num momento em que a situação econômica nacional é caótica, como também cremos que é caótica toda a estrutura do Poder Estadual referente a finanças, muito embora as notícias de jornal digam o contrário, mas se doar um terreno para a COHAPAR fazer a sede própria, será que realmente é esta a finalidade da COHAPAR, ou resolver o problema de habitação de milhares de paranaenses do interior que não têm onde morar? É isto que nos preocupa, que nos traz à tribuna ...

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DARCY DEITOS — Em seguida. Para apresentar uma emenda a este projeto, porque - como disse há poucos minutos atrás o eminente Deputado Erondy Silvério - a conduta do eminente Governador Ney Braga é ilibada, se não é a mais honesta, é uma das mais honestas, porque não teve alguém mais honesto do que ele na administração pública, não queremos ser omissos, assinar uma coisa em branco e dar margem para especulações futuras quanto a esta acertiva.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a Vossa Excelência e apenas uma colocação que Vossa Excelência fez que não me convenceu, quando Vossa Excelência disse que a finalidade da COHAPAR não é construir a sua sede própria e sim construir habitações no Paraná. É evidente que qualquer entidade precisa ter uma sede própria. Mas Vossa Excelência efetivamente traz uma argumentação ponderável, o ponto de vista de Vossa Excelência merece mesmo que a Mensagem seja retirada da Ordem do Dia até que venha a avaliação, as informações que Vossa Excelência, com muita justiça, está reclamando. Fui verificar agora a Mensagem, não há o valor do imóvel e nem quanto o Governo pretende subscrever de capital, na COHAPAR, o aumento de capital, que título seja.

Vossa Excelência tem toda a razão. Vossa Excelência levantou uma questão que passou despercebida nas comissões, inclusive membros do partido de Vossa Excelência participaram dos pareceres, subscreveram os pareceres, passou despercebido, mas Vossa Excelência, em boa hora, teve a acuidade de verificar esta falha. Então proponho a Vossa Excelência que retiremos a Mensagem, por umas três ou cinco sessões, até que venham as informações que Vossa Excelência em boa hora está solicitando do Plenário desta Casa.

O SR. DARCY DEITOS — É sem dúvida alguma, Vossa Excelência faz uma colocação correta e que deveria ter sido na CCJ especificamente, ou na Comissão de Finanças, que em cuja comissão o meu partido não compareceu na reunião, porque não foi convocada; eu faço parte desta comissão, me foi dado o projeto com parecer já assinado, para assinar, me recusei a assinar, porque iria assinar como voto vencido. E não poderia

fazer a argumentação que estou fazendo, para que a gente não se omita neste caso e dê margem, como disse anteriormente, para especulações futuras.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muito justas as ponderações de Vossa Excelência.

O SR. DARCY DEITOS — Então, eu creio que a sua ponderação é lógica e evidentemente teremos que concordar com ela.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Fico satisfeito ao saber que Vossa Excelência teve o cuidado de ver esta Mensagem, e satisfeito também estou, porque vejo que o Líder do Governo realmente concorda em propor uma retirada. Ainda consultei há pouco o Dr. Paulo Camargo, é o homem que talvez conheça mais as leis desta Casa, e realmente talvez tenha passado despercebido na CCJ um fato singular deste caso. Porque de fato não se trata como comumente e nós temos adiante um projeto de doação. E todos os projetos de doação condicionam a quem recebe, determinadas condições e o uso, inclusive e até uma cláusula normalmente de rescisão dessa doação, se não for cumprido até determinado prazo.

Quando nós discutimos isso, com Vossa Excelência, lembramos que não havia condições de nós impormos à COHAPAR um prazo para que ela construísse sua sede própria, já que não se trata de uma doação e sim de uma venda. E em se tratando de uma venda, como de fato se trata, porque é uma troca por ações, realmente não me parece seja constitucional ou não, a necessidade de constar o valor ou a maneira como este valor será estabelecido.

Não me parece ser um problema de natureza constitucional; mas me parece ser uma questão de mérito. E portanto, parece estarmos todos de acordo se condicione de uma forma ou de outra esse valor.

Obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Agradeço o seu aparte, nobre Deputado e nós até tínhamos preparado já uma emenda devidamente apoiada mas nós não apresentaremos e aguardaremos então as informações a respeito, que o eminente Líder poderá trazer - eu passaria à Mesa as informações necessárias e a Mesa providenciaria que essas informações chegassem até a CCJ para serem reapreciadas, e este Plenário então possa examinar e dar autorização efetiva para se cumprir o que o Executivo pretende, entregar este imóvel para a COHAPAR, mas subscreitar em ações no valor respectivo.

Eu agradeço.— (Sem revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente. Requeiro a Vossa Excelência a retirada do presente processo - encaminharei por escrito à Mesa, por cinco sessões, a fim de atender a solicitação do nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, solicitando a retirada do projeto por cinco sessões.— **Aprovado.**

Retirado portanto, da Ordem do Dia por cinco sessões, o Projeto de Lei n.º 05/81.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 50/81, de autoria do Deputado WALDYR PUGLIESI, que declara de utilidade pública o "Instituto Educacional Evangélico", entidade de caráter filantrópico, com sede em Arapongas. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 51/81, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que doa à Associação dos Professores do Paraná, um lote de terreno conforme especifica, situado em Guarapuava e destinado à construção da Colônia de Férias. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.—

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, autor do projeto, solicitando a retirada e conseqüente arquivamento do mesmo.— Em votação o requerimento.— **Aprovado.— Retirado** portanto, o Projeto de Lei n.º 51/81.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 55/81, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que autoriza o Poder Executivo, doar área que especifica à FUNAI, para construção de sede própria em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado, pelo Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 59/81, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a "Associação FAMEPAR", com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Faria de Oliveira, ocorrido nesta Capital.— **Aprovado.—** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, dos Projetos de Lei n.ºs 69/81, 70/81 e 71/81, oriundos de Mensagens Governamentais.

Esta Presidência se aprovado este requerimento, ficaria entre duas opções: ou desrespeita a decisão soberana desta Casa, ou desrespeita o Regimento Interno. Data vênica, pelo respeito e admiração que tenho pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, esta Presidência deixa de receber o requerimento.

— **Não recebido pela Mesa.—** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente, solicitando a suspensão das sessões, dos dias 9, 10 e 11 do corrente, para que nestes dias se realizem as reuniões das Comissões.— **Aprovado.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

(É feita a verificação)

27 Srs. Deputados o aprovam; 13 Srs. Deputados o rejeitam.— **Aprovado.—** Ao Departamento Legislativo.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Requeiro que também faça constar em Ata, de que os votos do nosso Partido foram contrários a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando seja marcada a sessão do dia 29 do corrente, como Sessão Solene, para outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná a Felipe Tiago Gomes.— **Aprovado.—** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Tércio Albuquerque e David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Câmara Federal manifestando total solidariedade à emenda à Consti-



tução Federal apresentada pelo Deputado Federal Henrique Brito (BA), que estabelece a possibilidade dos prefeitos municipais concorrerem à reeleição.— Aprovado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação).

27 Srs. Deputados o aprovam; 2 Srs. Deputados o rejeitam.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicitamos a Vossa Excelência que faça constar em Ata os votos contrários dos partidos de Oposição, desta Casa. E também, solicitamos que, na emissão dessa correspondência sejam mencionados os votos favoráveis e os contrários que foram dos partidos de Oposição da Casa, para que os Anais façam justiça.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa fará constar da Ata que a Oposição votou contrariamente ao requerimento.

Mas, quanto ao pedido que se faça constar na correspondência os votos da Oposição, Vossa Excelência terá que encaminhar um requerimento, à Mesa, nesse sentido.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando que o Poder Legislativo envie convite ao Sr. Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, para que realize uma palestra nesta Casa, a respeito da situação da cafeicultura em seu Estado.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a isenção do ICM para MUDAS DE GRAMA TAPETE.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário do Interior, encarecendo seja implantado o Posto de Serviço Telefônico no Distrito de Raul Marinho, Município de Itambaracá.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário do Interior, encarecendo seja implantado o Posto de Serviço Telefônico no Distrito de Primavera, Município de Leopólis.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Economista Gilberto Batalha e ao Jornalista José Cury, por sua ativa participação na realização do IV Seminário Paranaense de Desenvolvimento.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações dirigidos ao Escritório Central de Serviços Gerais do Paraná — de Alcoólicos Anônimos — A.A., pelo transcurso do 13.º aniversário de implantação em nosso Estado.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à TELEPAR, encarecendo instalação de um Posto Telefônico na comunidade de Dom Carlos, Município de Pato Branco.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos,

constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao Grupo Escoteiros do Ar “Santos Dumont”, por ter recebido através de seus membros a honrosa insígnia de “BADEN POWEL”.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Diretor Geral do D.E.R. e Secretário dos Transportes, reiterando o pedido de cascalhamento e inclusão de verba no próximo exercício para reparos da estrada que vai de Nova Laranjeira (BR-277) até o Rio Piquiri.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, em forma de apelo no sentido de serem tomadas as providências cabíveis visando a antecipação da implantação do sistema.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes manifestando o reconhecimento pelas providências já tomadas com vistas a pavimentação da via de ligação entre a sede do Município de São Jorge do Patrocínio à rodovia Pérola-Altônia.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do documento “Reflexão Cristã” sobre a Conjuntura Política, elaborado pela CNBB, bem como aprovação de voto de aplauso pelo conteúdo da mensagem.— Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para encaminhar a votação)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A terceira reunião da Comissão Permanente da CNBB realizada na última semana, elaborou um bem e consistente trabalho, REFLEXÃO CRISTÃ SOBRE A CONJUNTURA POLÍTICA.

É claro, Sr. Presidente, que, o objetivo nosso de inserção nos Anais da Casa é exatamente para valorizar um trabalho que, como o título está a avocar, merecedor da grande reflexão de cada um de nós brasileiros, independente inclusive das suas vinculações político-partidárias ou de qualquer corrente ideológica. Há que se destacar aqui, Sr. Presidente, que, os Prelados, ao examinarem a questão, de maneira muito clara evidenciaram as iniquidades da ordem social do modelo econômico em vigor. E nós temos alguns aspectos deste trabalho, deste documento, que por certo mereceria de todos nós, destaque. Como por exemplo: no item 14.º do documento, diz a Igreja no seu trabalho:—

“Acentuou-se nestes últimos anos, uma orientação da economia para prioridades favorecedoras das classes de altos rendimentos, inclusive mediante formas requintadas de corrupção e de suborno, em direta oposição aos interesses do povo. O modelo concentrador de rendas e estimulador de um casuístico sofisticado, em contraste com as carências básicas da população, levou-nos à situação de sermos, hoje, um dos países com mais alta taxa de desigualdade entre os grupos de maior e menor renda. A condenação e a análise não poderiam ser mais objetivas.” E vejam que os Bispos não pararam por aí, Sr. Presidente, vincularam também a existência do modelo econômico à própria ditadura política, vamos assim dizer. (O modelo injusto é fruto do poder autoritário, diz, leio in-

clusivo o texto:)

“Se é verdade que, em anos recentes fatores externos tiveram decisiva influência no agravamento de nossa situação sócio-econômica, não é menos certo que nesses mesmos anos opções autoritárias conduziram o Brasil a políticas econômicas, pelas quais o povo paga hoje um alto preço social”. (E ainda diz mais):

“Para a plena instauração das liberdades democráticas, é possível que se possa dificultar uma gestão das difíceis condições sócio-econômicas do Brasil, como a ter justificativas aos obstáculos à abertura e o receio de que essa plenitude democrática possa ser obstruída”.

Ora Sr. Presidente! Se nós colocamos em relevo esses itens, é porque nos parece que, quando a CNBB produz um trabalho deste que é resultante de tantas e tantas reflexões, estudos, sugestões, análises e que exatamente vão embasar a grande Conferência da CNBB em Itaipu, no início do próximo ano, porque este será portanto um documento que será analisado por todos os Bispos do Brasil, nós não podemos esquecer que ele vem sob a lavra, a assinatura, a subscrição de 25 dos principais Prelados da Igreja Católica Brasileira. Portanto, não há que se dizer aqui, que se trata de um documento isolado da opinião deste ou daquele Bispo menos ou mais progressista, mais ousado ou mais conservador. Trata-se de um trabalho que reflete a opinião e a subscrição de 25 dos principais Prelados que participaram dessa reunião que se encerrou sábado último, em Brasília. E vejamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, façam aqui este destaque: que, o texto apresentado não apresenta nenhuma crítica ao Governo, não! Não há uma crítica ao Governo, há, sim, um verdadeiro libelo acusatório contra o regime que vivemos.

E nós para sermos coerentes quando condenamos aqui Delfim Neto, quando criticamos aqui a política entreguista, quando analisamos aqui a questão da soberania nacional hoje uma questão tão duvidosa, para sermos coerentes como nós condenamos a política econômico-social, política e cultural, e vejo aqui Deputados de todos os partidos fazendo isso, para sermos coerentes com nossas posições e acima de tudo para estimularmos que a Igreja venha a ocupar um espaço que socialmente lhe é reservado, como bem colocou o companheiro Deputado Gernote Kirinus ontem, da tribuna, nós entendemos que esta Casa deve estimular este tipo de reflexão.

Devemos estimular a produção desse tipo de documento, que possa auxiliar o debate das grandes questões nacionais e encontrarmos o melhor caminho. Nesse túnel em que nós nos encontramos está aí uma luz. Não queremos dizer que seja mais perfeita, não queremos até aqui expressar a idéia que seja a única, mas é uma vela que se acende também nesse túnel.

E porque nós, estimulando com a aprovação que se continue a produzir pela inteligência da igreja, da sociedade civil, como a OAB tem feito, como a Associação Brasileira de Imprensa, como tantas outras grandes entidades da sociedade civil têm produzido com destaque, com firmeza, com clareza. Por que não nós darmos este estímulo votando favoravelmente a este nosso requerimento, que pede a inserção nos Anais e que se remeta aos bispos um voto de aplauso pela idéia proposta.

Podemos até discordar, Sr. Presidente, de alguns aspectos que alguém possa levantar discordância. Mas pelo estímulo à idéia, pela produção que sai da inteligência desses bispos, criticando não o Governo mas o regime que gerou neste País tantos problemas sociais, terríveis consequências das futuras gerações pelas mazelas da subnutrição, da concentração de renda, enfim de um rosário de causas que gerou toda a insatisfação social que hoje está presente em cada lar e em cada brasileiro.

Esta é a argumentação que nós estamos trazendo, dando esse aplauso aos Prelados, porque são 25 e também inserindo nos Anais desta Casa este documento que entendo histórico,

porque é um documento base para o que sairá em Itaipu, em 1982.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação o requerimento.— REJEITADO.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. DARCY DEITOS — Requeiro a Vossa Excelência a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

12 Srs. Deputados o aprovam; 23 Srs. Deputados o rejeitam.— Rejeitado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Educação e da Cultura, em forma de sugestão no sentido de serem determinados estudos visando assegurar anualmente nas Escolas de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária mantidas pela União e Particulares, a reserva de vagas preferenciais a candidatos filhos de profissionais no campo de saúde, e que exerçam suas atividades efetivamente em cidades e vilas que não possuam estabelecimento de ensino médio.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Desburocratização e Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília, no sentido de que sejam eliminadas dos títulos eleitorais, a partir desta data, as exigências de fotografias.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros da Justiça e Chefe da Casa Civil da Presidência da República e aos Líderes de Bancadas no Congresso Nacional, no sentido de conceder a anistia eleitoral, aos multados por não haverem se alistado no serviço eleitoral.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Agricultura, a fim de que o Brasil, em termos formais e oficiais, provoque a manifestação do Ofício Internacional de Epizootias de Paris, sobre a liberação das exportações de carne suína.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Educação e Diretor da FUNDEPAR, encarecendo ajuda financeira para a Prefeitura Municipal de Catanduvas, visando reconstruir e equipar com móveis e materiais didáticos a escola da localidade de Santa Genoveva - Distrito de Barra Bonita - Município de Três Barras do Paraná.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor Geral do D.E.R., reiterando pedido de estadualização para conservação, melhorias e posterior pavimentação de diversas estradas.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino

Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo que se façam gestões junto aos organismos competentes, no sentido de reativar o porto de passagem sobre o Rio Iguaçu entre os Municípios de Nova Prata e Três Barras do Paraná.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Diretor no Estado do Paraná, encarecendo providências no sentido da regularização da entrega de correspondências nos Municípios de Fênix, Quinta do Sol e Nova Cantu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Justiça e aos Srs. Líderes dos Partidos Políticos com assento na Câmara e Senado Federal, encarecendo urgência no trâmite de legislação específica que anistie multa pelo não alistamento eleitoral.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Srs. Presidente da República, Ministro do Planejamento, Ministro da Agricultura, Governador do Estado e outras autoridades, protestando contra o desvio de recursos para a cafeicultura.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República, Ministro da Justiça, Presidentes do Senado e Câmara Federal, manifestando descontentamento com referência ao propalado projeto de lei que aumenta de 420 a 500 o número de Deputados Federais.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, com apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a constituição de uma Comissão Especial de Deputados para averiguar denúncias de arbitrariedades cometidas pelo Delegado de Polícia, Oscar Pacheco dos Santos, de Santa Helena.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, reiterando apelo já formulado através de requerimento do Sr. Deputado Mário Celso, encarecendo estudos visando a conclusão da construção do “Estádio do Pinheirão”.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a adoção de medidas urgentes para evitar a falência das médias e pequenas empresas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário das Finanças, reivindicando maior prazo para pagamento do ICM.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República, Chefe da Casa Civil, Ministro da Justiça e Ministro do Trabalho, pleiteando a promoção do Juiz Indalécio Gomes Neto para o cargo de Juiz do Tribunal Regional do Trabalho.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando

o envio de telex ao Sr. Presidente do BNH, agradecendo a sua intercessão, com relação aos moradores do “Jardim Samambaia” em Paranaguá.— **Retirado pelo autor.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo que o mesmo determine a presença nesta Casa, do Sr. Presidente da SANEPAR, para explicações sobre as atividades do referido órgão.— **Rejeitado.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — Solicitamos a Vossa Excelência que, devido a importância que está hoje inserida a proposta, a pretensão do Deputado, que Vossa Excelência faça a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação).

2 Srs. Deputados o aprovam; 22 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há “quorum” para votação, e sim para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que sejam liberados os recursos necessários para a conservação das rodovias federais que cortam o Estado do Paraná, e que se encontram em péssimo estado.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de louvor aos alunos excepcionais da Escola Mercedes Stresser, que a convite do Governo paraguaio representarão o Brasil na Primeira Olimpíada Sulamericana de Excepcionais em Assunção-Paraguai.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro do Interior e da Agricultura, encarecendo que seja reduzido de cinco (5) para um (1) alqueire o módulo rural na região de terras férteis e retalhada pela represa de Itaipu, como meio de fixar o homem à terra.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Prefeito Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de que reexamine o Decreto n.º 151/81, de 23/7/81, no qual o mesmo proíbe aos veículos denominados táxis, descritos no art. 2.º, da Lei n.º 17/79, de outros municípios, apanharem passageiros no Município de São José dos Pinhais ou melhor dizendo no Aeroporto Afonso Pena.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Doutor Raimundo Faoro, ex-Presidente da OAB e Presidente da Associação Brasileira de Solidariedade ao Povo Uruguaio, hipotecando a nossa solidariedade ao povo uruguaio, no momento representado pela posse do General Gregório Alvarez.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário das Finanças, no sentido de que seja modificada a Instrução SEFI n.º 697, de 5 de maio de 1981, no que se refere à adaptação de máquinas registradoras por empresas.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de documentação do “Movimento Contra a Carestia de Curitiba” ao Sr. Presidente da República, esta documentação

traz uma posição unitária de entidades e pessoas sobre a referida questão.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade a Senhora Dirce Gime-  
nez, brasileira, que pleiteia junto as autoridades paraguaias

a liberdade de seu marido, preso arbitrariamente em nosso País e que atualmente se encontra incomunicável na Guardia de Seguridad em Assunção-Paraguai.— **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 4, sexta-feira, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.